

POLÍTICAS ECONÔMICAS E A MORTALIDADE DOS NEGÓCIOS DE PEQUENO PORTE NO BRASIL

ANDERSON DE ARAUJO DE SOUZA

UCB

JOSÉ HENRIQUE DE L. C. DIEGUES BARREIRO

henrique.barreiro@gmail.com

UCB

JAIRO ALANO DE BITTENCOURT

jairodear@gmail.com

UCB

CARLOS VINICIUS SANTES REIS

vreis@ucb.br

UCB

GILBERTO CLOVIS JOSEMLIN

gilberto@ucb.br

UCB

Resumo: O presente trabalho consiste uma análise da relação entre a mortalidade de negócios de pequeno porte e as políticas econômicas no período que se inicia no ano de 2010 até o ano de 2015 no Brasil. O objetivo principal do trabalho é chegar a uma conclusão se essas políticas resultaram em impacto positivo ou negativo nessas empresas. Dentro desse alvo principal serão discutidos, também, questões como as principais decisões referentes as políticas econômicas tomadas pelo governo brasileiro no período e também a relação entre a variação do número médio de desemprego e sua relação com o aumento e decréscimo no número de microempreendedores individuais. Concluiu-se ao fim do trabalho que, apenas no ano de 2015, os resultados econômicos ruins impactaram negativamente na mortalidade dos pequenos negócios e que o alto índice de desemprego não foi o fator principal para o aumento dos micros empreendimentos individuais.

Palavras Chave: Mortalidade - Pequenos negócios - Políticas Econômicas - microempreendedores

-

1. INTRODUÇÃO

Os negócios de pequeno porte exercem um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social do Brasil. Eles são responsáveis por empregar milhões de brasileiros além de contribuir para a movimentação da economia. “Cerca de 1,2 milhões de novos empreendimentos são criados todos os anos e desse total, aproximadamente 99% são microempresas, empresas de pequeno porte e empreendedores Individuais (EI)” (SEBRAE, 2013).

Segundo relatório intitulado “Sobrevivência das empresas no Brasil” feito pelo SEBRAE no ano de 2013, as microempresas e empresas de pequeno porte são os tipos de empreendimentos com as menores taxas de sobrevivência. Em torno de 60% dessas firmas acabaram encerrando suas atividades antes do segundo ano de vida. Ainda no mesmo estudo foram levantadas possíveis causas ou justificativas que pudessem explicar esse elevado índice. Entre elas, estão: falta de conhecimento administrativo dos gestores, dificuldades de acesso a linhas de crédito, falta de conhecimento do mercado e também os resultados de políticas econômicas dificultaram o ambiente de negócios.

No que se refere as políticas econômicas, pode-se dizer- baseado nos dados oficiais liberados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016)), que nos anos de 2014 e 2015 a economia brasileira enfrentou dificuldades como retração econômica, inflação acima da meta estipulada pelo Banco Central, depreciação da moeda nacional entre outros. Corroborar-se, ainda, a este cenário econômico a falta de incentivos ao empreendedorismo no país. As mudanças nas políticas econômica podem colaborar para sobrevivência ou mortalidade das empresas e conseqüentemente para o desenvolvimento ou não do país.

Diante do exposto, faz-se importante compreender o quanto e como essas políticas econômicas influenciam na mortalidade desses negócios de pequeno porte, ou até mesmo se essas políticas criam em alguns casos oportunidades diversificadas de negócios contribuindo para a longevidade das mesmas.

Assim sendo, o presente trabalho tem por objetivo principal identificar o índice de mortalidade dos pequenos negócios e sua relação com as políticas econômicas. Os objetivos secundários são: a. identificar as principais decisões tomadas nas políticas econômicas no período de 2010-2015; b. Identificar a relação entre o número de microempreendedores individuais e o índice anual médio de desemprego.

Além disso, as possíveis hipóteses que serviram de orientação para a construção do trabalho são:

Hipótese 1. Alto índice de desemprego resulta no crescimento dos micros empreendimentos individuais.

Hipótese 2. Resultados econômicos ruins resultam em maiores índices de mortalidade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EMPREENDEDORISMO E SUA IMPORTÂNCIA NA ECONOMIA BRASILEIRA

DORNELAS (2008) entende que o empreendedorismo é o envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam à transformação de ideias em oportunidades. E a perfeita implementação dessas oportunidades leva à criação de negócios de sucesso.

É impossível falar de empreendedorismo e não falar de empreendedor, visto que um necessita do outro para existir. Os conceitos de empreendedor diferem de autor para autor. FILLON (2000) acredita que o empreendedor é uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza

visões. Já para DRUKER (1985) o empreendedor é aquela pessoa que sempre está buscando a mudança, reage a ela e a explora como sendo uma “oportunidade”.

Em ambos os conceitos se percebe que o empreendedor é um agente ativo, desenvolvedor, explorador. Complementando este conceito e acrescentando a função do empreendedor na sociedade, Schumpeter (1984) diz que:

[...] a função do empreendedor é reformar ou revolucionar o sistema de produção através do uso de uma invenção ou, de maneira mais geral, de uma nova possibilidade tecnológica para a produção de uma nova mercadoria ou para a fabricação de uma antiga em forma moderna, por meio da abertura de novas fontes de suprimento de materiais, novos canais de distribuição, reorganização da indústria, e assim por diante.

O relatório intitulado “Sobrevivência das empresas no Brasil” criado pelo SEBRAE no ano de 2013, afirma que as ações dos empreendedores criam diversificados tipos de negócios e ao mesmo tempo geram oportunidades de empregos para a sociedade, contribuindo para que a economia nacional dê um salto, aproximando o Brasil dos países desenvolvidos. No referido relatório há menção de que “o empreendedorismo tem ganhado cada vez mais força no Brasil, devido à necessidade de criação de negócios duradouros e sustentáveis principalmente do ponto de vista do desenvolvimento econômico e social” (SEBRAE, 2013).

2.2 POLÍTICAS ECONÔMICAS E O PAPEL DO ESTADO

MANKIW (2013) define a economia, como a ciência que tem por objeto de estudo a alocação ou administração dos recursos escassos pela sociedade. Também o mesmo autor sustenta que a economia é formada por diversos agentes que atuam na produção ou consumo dos bens e serviços produzidos com esses recursos e que essas atividades são responsáveis por promoverem o desenvolvimento econômico e social de um país.

O Estado, no papel de agente regulador, é o responsável por criar e aplicar as diversas regras, políticas e regulamentações que irão delimitar as ações dos agentes econômicos. “As políticas ditadas pelo aparelho estatal possuem seus fins, objetivos e princípios esculpidos pelos textos constitucionais em geral, incluindo a Carta Magna Brasileira de 1998” (CLARK, 2008).

A Constituição Federal no seu artigo de nº Art.174 discorre que: “como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Essas ações tomadas geralmente tomadas pelo estado possuem objetivos referentes ao alcance do bem-estar da população, como é determinado na própria constituição Brasileira Federal de 1988 no seu artigo de nº 170 incisos VII e VIII que dizem que o estado deve almejar a redução das desigualdades sociais e busca do pleno emprego, respectivamente.

Nesse conjunto de ações estão as políticas econômicas que, segundo Vasconcellos (2015), são o conjunto de medidas e instrumentos utilizados pelo Estado nas esferas monetária, cambial e fiscal que tem por intuito atingir seus objetivos anteriormente definidos e que na grande maioria das vezes referem-se a busca do crescimento e desenvolvimento econômico. Neste âmbito de políticas econômicas são várias as ações que o Estado pode tomar como afirma Clark (2008):

Inúmeras podem ser as ações tomadas pelos poderes públicos na órbita econômica, como: compra e venda de moeda estrangeira; elevação ou redução dos tributos; ampliação do volume da moeda nacional na economia; edição de normas legais de remessa de lucros ao exterior, de repressão ao poder econômico e de defesa do

consumidor; emissão de títulos públicos no sistema financeiro que consequentemente influenciarão nos juros a serem pagos pelo Estado.

Vasconcellos (2015) afirma que desde 1999, o governo brasileiro vem adotando um modelo de política econômica que tem como pilares principais:

- a. A adoção de um regime de câmbio flutuante;
- b. A adoção de um regime de metas de inflação;
- c. A manutenção de taxas de juros reais elevadas (mais de 10% ao ano);
- d. Geração de superávits primários;

2.3 POLÍTICA MONETÁRIA

ASSAF (2008) entende que a política monetária atua primordialmente no controle dos meios de pagamentos da economia, ou seja, na liquidez. A autoridade monetária responsável por determinar as diretrizes desta política no Brasil é Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central (BACEN) é o responsável por executá-las. O mesmo autor cita que os principais instrumentos utilizados pelo BACEN são: os recolhimentos compulsórios; operações de mercado aberto; políticas de redesconto e liquidez; e medidas de incentivo ao aumento ou redução de crédito.

Corroborando com ASSAF, MANKIW (2013) diz que a política monetária é o estabelecimento da oferta de moeda pelos formuladores de políticas do banco Central. “A lógica da Política Monetária consiste em controlar a oferta de moeda (liquidez) para determinar a taxa de juros do mercado. Nesse sentido, o Banco Central, seja qual for o país, eleva a taxa de juros (preço do dinheiro), enxugando (diminuindo) a oferta monetária, e a reduz atuando de forma inversa” (DEZORTI e CLETO, 2010).

BRESSER (2008) afirma que Banco Central na condução da política monetária pode optar por uma política expansiva aumentando a liquidez da economia, injetando maior volume de recursos na economia e assim elevando os meios de pagamentos. Geralmente tais políticas são utilizadas em retrações econômicas e tem por objetivo estimular a atividade econômica. Já quando o Bacen quer realizar uma política monetária restritiva ele visa reduzir a liquidez da economia, ou seja, a autoridade monetária atua na redução da quantidade de moeda na economia, com o intuito de retrain a atividade econômica e o consumo. Tal medida é tomada principalmente em períodos que o país enfrenta elevadas taxas de inflação.

2.3.1 Inflação

Na condução das políticas monetárias os governos buscam atingir uma determinada meta de inflação. Heenan, Peter e Scott (2006) afirmam que a maioria dos países que utilizam metas de inflação como ferramenta na condução da política monetária utilizam como base para o cálculo índices de preços ao consumidor. Pois, tais índices possuem uma maior relevância para o público geral.

CAVALCANTE (2005) corrobora que, no Brasil, o principal índice de preço ao consumidor (IPC) é calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entretanto, existem outros órgãos de caráter privado que também calculam o índice de preços ao consumidor.

A inflação tem impacto direto no crescimento do país devido seu relacionamento direto com o poder de comprar dos consumidores. Bresser (2008) compartilham a mesma linha de pensamento no que tange baixos índices inflacionários. Segundo ele, baixos índices inflacionários permitem maiores crescimentos econômicos, pois o poder de comprar dos consumidores é protegido.

2.4 POLÍTICA FISCAL

O governo possui o dever constitucional de fornecer diversos serviços e auxílios à população como educação, saúde, infraestrutura, programas sociais entre outros. Obviamente, todos esses serviços possuem custos para serem realizados. O governo obtém os recursos necessários para realização de tais atividades através da tributação sobre os cidadãos e as empresas.

Bresser (2008) entende que política fiscal tem por objetivo estabelecer o equilíbrio entre os gastos governamentais (despesas) e as receitas oriundas dos impostos, taxas e contribuições pagos pela população. Quando os gastos do governo são maiores que as receitas têm-se o déficit orçamentário. Já quando as receitas são maiores do que as despesas têm-se um superávit orçamentário.

HERDON, ASH e POLLIN (2014) apontam que déficits orçamentários são extremamente prejudiciais para o crescimento econômico. Ele denota que o governo fez um trabalho ruim na condução da política fiscal. A correção passa pela adequação das receitas e despesas. O governo pode aumentar os impostos o que num primeiro momento elevará a receita, mas poderá prejudicar os setores produtivos econômicos e reduzir o consumo. Ou pode realizar cortes na estrutura governamental.

Outra maneira do governo financiar suas atividades é a partir da emissão de títulos da dívida pública. Assaf (2011) compreende que a dívida pública é entendida como uma dívida contraída pelo Governo no Mercado, com diversos agentes econômicos, como bancos, investidores, organismos financeiros nacionais e internacionais e governos estrangeiros.

2.5 POLÍTICA CAMBIAL

A política cambial refere-se a administração da taxa de câmbio. Essa também é um dos principais preços de uma economia e está diretamente ligado com as exportações e importações produtos comercializados. Carvalho (2007) entende que a taxa de câmbio reflete uma relação de uma moeda em relação a outra, ou seja, é uma relação entre o valor de uma moeda estrangeira em relação a nacional. Por exemplo, dólar frente ao real.

O Quadro 1, a seguir, resume as características dos três principais tipos de câmbios utilizados pelos países ao redor do mundo:

Quadro 1: Resumo dos principais tipos de regimes cambiais.

Câmbio fixo	Câmbio flutuante	Currency board
<p>Carvalho (2007) afirma que no regime de câmbio a paridade entre a moeda doméstica e a moeda estrangeira é determinada por uma ação governamental (na figura de uma autoridade monetária, geralmente o Banco Central) ou por força de dispositivos legais (leis ou decretos). Neste tipo de câmbio a autoridade monetária é responsável por determinar a precificação e a manutenção da moeda estrangeira. Ela exerce total controle sobre o mercado. Seus principais meios são comprando o excesso em dólar ou vendendo-o de acordo com as necessidades do país.</p>	<p>Rossi (2012) entende que nesse regime cambial, o Banco Central define apenas a política monetária, manipulando principalmente a taxa de juros e base monetária. Com relação a política cambial o Banco Central não realiza nenhuma política nítida, ou seja, a priori a variação da taxa cambial se dá exclusivamente a partir da interação entre os agentes no mercado segundo as forças de oferta e demanda.</p>	<p>Carvalho (2007) entende que o <i>Currency Board</i> é uma agência de conversão de moeda, cuja <i>única função</i> é converter a moeda nacional em uma moeda estrangeira específica (chamada de moeda-âncora), e vice-versa, a uma taxa de câmbio fixa e imutável. Outro diferencial desse regime é que para ser executado o Banco Central deve ter reservas em moeda estrangeira equivalentes a no mínimo 100% da moeda doméstica em circulação. O objetivo principal desse regime tem sido o de importar a credibilidade de uma moeda estrangeira que serve de âncora para a estabilidade dos preços doméstico.</p>

Fonte: Adaptado de Carvalho (2007) e Rossi (2012).

Atualmente no Brasil o regime de câmbio adotado pelo BACEN é o câmbio flutuante. Neste sistema o preço da moeda estrangeira é definido livremente através das forças de oferta e demanda.

2.6 EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Storey (2008) compreende que as pequenas e médias empresas vem ganhado cada vez mais destaques nos estudos organizacionais, pois as mesmas exercem um importante impacto na economia. Sendo capazes de fomentar o crescimento econômico, produtividade o nível de emprego.

Há diversas visões diferentes com relação a classificação das empresas. O SEBRAE, por exemplo, classifica as empresas de acordo como o número de empregados e a natureza da empresa, ou seja, se ela é ramo do comércio ou industrial. A tabela abaixo representa essa classificação seguindo os critérios citados acima:

Quadro 2: Visão da classificação das empresas segundo o SEBRAE.

	Comércio	Indústria
Microempresa	9 empregados	19 empregados
Empresa de pequeno porte(EPP)	De 10 a 49 empregados	De 20 a 99 empregados
Empresa de médio porte	De 50 a 99 empregados	De 100 a 499 empregados
Grandes empresas	100 ou mais empregados	De 500 ou mais empregados

Fonte: SEBRAE (2013)

A lei complementar Nº123, de 14 de Dezembro de 2006 é dispositivo legal que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da empresa de pequeno porte no Brasil. Criada com intuito de proteger os pequenos negócios e promover a geração de emprego e renda utiliza o critério de receita bruta auferida anualmente para a classificação dos diferentes tipos de empresa. A figura abaixo resume esse tipo de classificação.

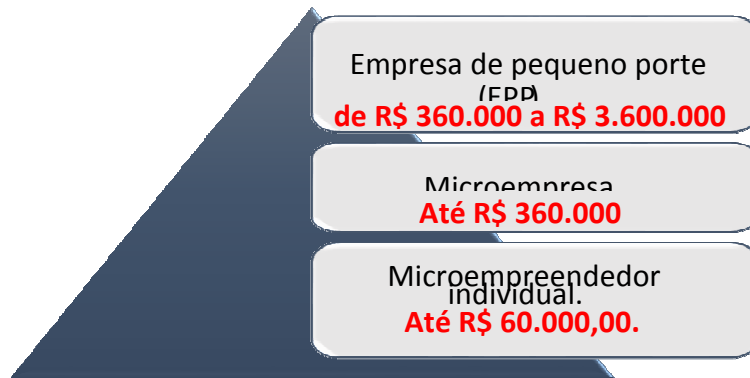


Figura 1: Visão da classificação das empresas segundo a Lei Complementar nº 123/2006

Fonte: Adaptado da lei complementar nº123 de 2006.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Utilizar-se-á como metodologia uma pesquisa de na natureza multicritério, ou seja, que leva em consideração tantos aspectos quantitativos quanto qualitativos. Dessa forma, no aspecto quantitativo será por objetivo, a partir dos os dados levantados, encontrar resultados na forma de indicadores.

O objeto de estudo desta pesquisa são as políticas econômicas implementadas pelo governo brasileiro no período de 2010 e 2015. A observação desse objeto é de indispensável importância para o encontro da problemática levantada, que é justamente averiguar os impactos dessas políticas, nos negócios ou empresas de pequeno porte e consequentemente esta observação irá também contribuir para o alcance dos demais objetivos propostos.

O levantamento dos dados será feito utilizando-se a técnica de pesquisa documental. “A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser recolhidas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois” (LAKATOS, 2011 Pág.57).

Esse autor ainda afirma que as fontes de documentos para o colhimento dos dados são abundantes e estão em arquivos públicos, arquivos particulares e fontes estatísticas. Desta forma as fontes de documentos para o colhimento dos dados serão arquivos públicos como documentos oficiais e também fontes estatísticas que são disponibilizados por órgãos públicos como Receita Federal, Banco Central do Brasil e também pela entidade privada sem fins lucrativos que é o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e pequenas empresas (SEBRAE, 2016).

Os instrumentos utilizados para o registro e sistematização dos dados primários levantados serão planilhas eletrônicas. E os instrumentos utilizados para análise dos dados serão planilhas eletrônicas e programas computacionais.

Buscar-se-á estabelecer uma relação entre o número de empresa com entradas de recuperação na justiça com os fatores macroeconômicos como na função abaixo (apenas para fins ilustrativos):

$$Y=X_1+X_2+X_3+X_4+X_5$$

Onde:

Y= nº de pedidos de recuperação judicial

X₁= Taxa de Desemprego

X₂= Inflação

X₃= PIB

X₄= Taxa SELIC

X₅= Nível de Endividamento Público

4. APRESENTAÇÃO DA ANÁLISE DE DADOS

4.1. DESEMPREGO E O MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

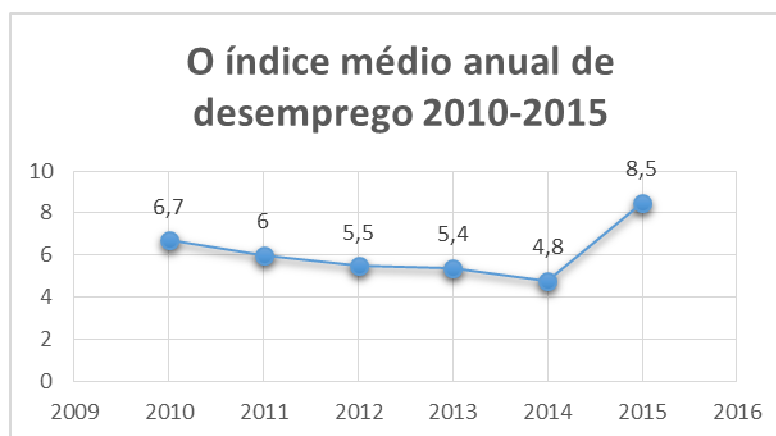
A Tabela 1 apresenta os dados sobre o número de microempreendedores individuais existentes no Brasil (em %) e o gráfico 1, apresenta o índice médio anual de desemprego:

Tabela 1: Micro empreendedor (MEI) Individual variação 2010-2015

Ano	Empresas MEI (% em relação ao total.	MEI	Outros tipos de empresas	Total
2010	48,90%	747.313,27	780.934,73	1.528.248
2011	53,70%	912.304,47	786.586,53	1.698.891
2012	60%	1.014.456,00	676.304,00	1.690.760
2013	68,20%	1.255.007,53	585.179,47	1.840.187
2014	72%	1.342.931,76	522.251,24	1.865.183
2015	75,90%	1.490.639,57	473.312,43	1.963.952

Fonte: Serasa Experian 2016.

Gráfico 1: O índice médio de desemprego 2010-2015



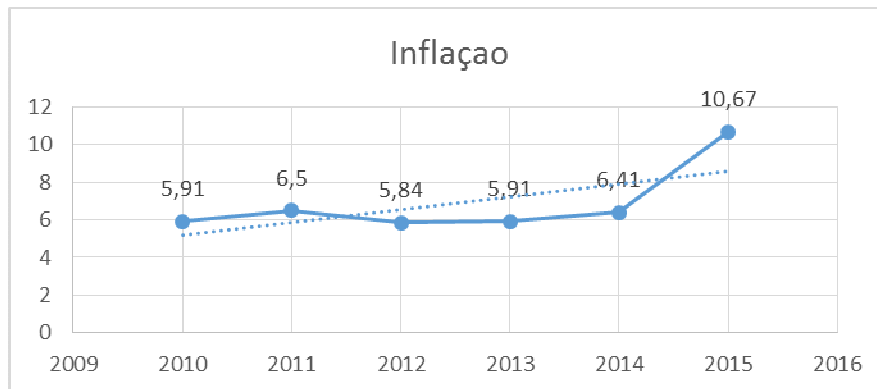
Fonte: IBGE (2016)

A partir dos dados levantados acerca do número total de empresas abertas no período de 2010 a 2015 da Serasa Experian, percebe-se um crescimento contínuo a cada ano dos pequenos negócios representados na figura do Microempreendedor Individual. Em 2013 esse tipo de organização representou cerca 68,3% do total, em 2014, 72% e, em 2015, atingiu o nível máximo 75,90%. Tais negócios são classificados conforma a Lei Complementar N°128/2008 como aqueles que apresentam uma receita bruta máxima anual no valor de até R\$60.000,00. Em contrapartida, na coluna “outras organizações”, que se incluem as médias e grandes empresas, exibe-se um decaimento no número absoluto destas empresas no período de tempo observado.

No que se refere ao índice médio anual de desemprego auferido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016) (Ver Gráfico 1), é possível perceber que entre 2010 e 2014 o Brasil apresentou baixo desemprego. Durante esse período cada vez pessoas estavam no mercado de trabalho em empregos formais com carteiras de trabalho assinadas.

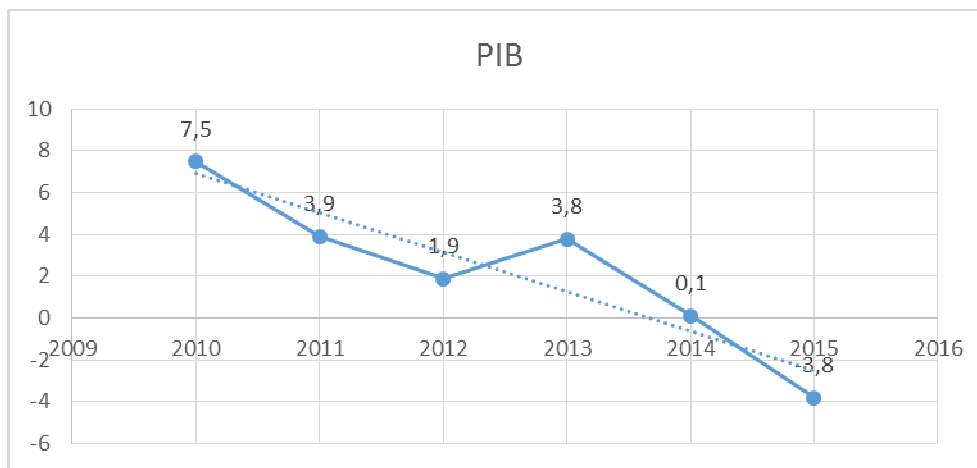
Entretanto, no ano de 2015 houve uma queda acentuada na geração de empregos formais. Nesse ano o índice de desemprego atingiu 8,5%, disparada a maior no período analisado. Resultado este, que está intrinsecamente ligado a outros indicadores econômicos do mesmo ano como o Produto Interno Bruto que sofreu uma retração de 3,8% e o índice de inflação que atingiu 10,67% (conforme os Gráficos 2 e 3).

Gráfico 2: Índice de Inflação 2010-2015



Fonte: IBGE (2016)

Gráfico 3: Produto Interno Bruto 2010-2015



Fonte: IBGE (2016).

Estabelecendo uma relação entre a variação entre o número de Micro empreendimentos Individuais abertos (MEI) abertos e o índice de desemprego é possível chegar a algumas conclusões a respeito das hipóteses:

A hipótese 1: *Alto índice de desemprego resulta no crescimento dos micros empreendimentos individuais.* Foi confirmada apenas no ano de 2015. Neste ano ambas variáveis apresentaram significativo crescimento, como poder ser confirmado tanto no gráfico 1 como na tabela 1.

Analisando restritamente os anos de 2010 a 2014, tal hipótese não foi confirmada, visto que de 2010 até 2014 o índice de desemprego caiu, enquanto que no mesmo período o

número de Micro empreendimentos individuais cresceu (conforme tabela 1). Com isso, não foi possível fazer uma correlação de causa e efeito entre estas variáveis. Num primeiro momento esse comportamento parece intrigante, visto que um resultado esperado seria: quanto mais baixo o desemprego menor o número de MEI.

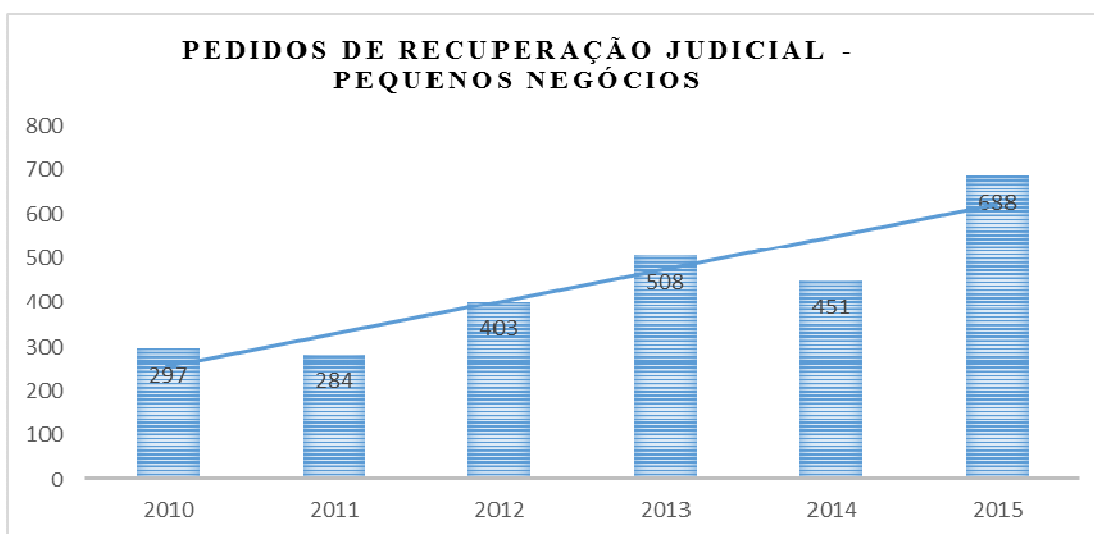
Outrossim, negócios registrados como MEI vêm crescendo todos anos. As possíveis razões capazes de explicar esse fenômeno podem ser várias. Por exemplo, as barreiras de entrada desses negócios, em geral, são menores, pois esses exigem relativo baixo grau de investimento financeiro (e.g. microcrédito) e suas atividades não são tão complexas. Por exemplo, abrir um salão de beleza ou uma barraquinha de cachorro-quente são exemplos de MEI e se enquadram nas características citadas anteriormente, tendo um grau de complexidade do negócio menor e uma maior facilidade no acesso aos insumos necessários aos negócios.

Além disso, nos últimos anos, mais precisamente em 2014, houve mudanças na legislação do simples nacional, que aumentou consideravelmente as categorias profissionais e atividades de micro empreendimentos individuais que podem optar por declarar e pagar seus tributos adotando tal regime, dado que este tipo de tributação mais prática e simples.

Em 2013 foi promulgada o Decreto Federal 7.962/13 – A Lei do E-commerce - que busca facilitar e regulamentar a criação e também o controle dos negócios online. Tal lei permite que alguns tipos de empreendimentos possam ser abertos diretamente pela Internet.

4.2. MORTALIDADE DOS PEQUENOS NEGÓCIOS E AS POLÍTICAS ECONÔMICAS

Gráfico 4: Pedidos de Recuperação Judicial – pequenos negócios 2010-2015



Fonte: Serasa Experian (2016)

O Gráfico 4, feito com dados do Serasa Experian, mostra a variação dos pedidos formais de recuperação judicial dos pequenos negócios (que segundo a lei complementar N° 11.101/2005, são aqueles tipos de empresas/negócios que auferem renda bruta anual de R\$360.000 até R\$3.600.000) no Brasil de 2010 a 2015. Durante esse período não houve um padrão ou comportamento constante. O que se observou foi que em alguns anos a mortalidade dos negócios caiu e em outros não. Contudo, pode ser verificado que ao longo da série existe uma tendência de crescimento no número de negócios fechados (linha de tendência do Gráfico 4).

Buscando entender se as políticas econômicas exerceram um impacto negativo ou positivo na quantidade de negócios fechados (que deram entrada com pedido de recuperação judicial), faz-se necessário comparar o comportamento da mortalidade dos negócios com o comportamento de outras variáveis que fazem parte das políticas econômicas.

Com este intuito, a Tabela 2 traz um breve resumo da variação percentual de crescimento da mortalidade e da variação e quatro variáveis econômicas: Inflação, PIB e Dívida Pública e Selic, todas variáveis intrinsecamente ligadas a política macroeconômica.

Tabela 2: Mortalidade de negócios x variáveis econômicas 2010-2015: Variação percentual

Ano	Rec. Judicial* ¹	Inflação* ²	Selic* ³	PIB* ⁴	Dívida Pública* ⁵
2010					
2011	-0,04577	0,090769	17%	-0,92308	0,091398
2012	0,295285	-0,11301	-33%	-1,05263	0,07
2013	0,206693	0,011844	-10%	0,5	0,056604
2014	-0,12639	0,078003	26%	-37	0,074236
2015	0,344477	0,39925	18%	1,026316	0,084

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Serasa Experian, IBGE e Receita Federal. *¹ variação percentual das recuperações judiciais. *² Variação percentual da inflação considerando o índice bruto. *³ Variação percentual taxa média anual da Selic. *⁴ Variação percentual do PIB considerando o valor bruto. *⁵ Variação da dívida pública considerando os valores brutos.

O ano de 2011 apresentou a menor taxa de mortalidade com 208 casos, um número de 142% menor que 2015 (ano com maior mortalidade). Nesse ano a inflação foi relativamente alta, na casa de 6,5%, exatamente no limite da meta do governo e com um aumento de 6% em relação a 2010. O PIB apresentou uma queda de 92% (de 7,5 em 2010 para 3,9 em 2011) e a dívida pública cresceu cerca de 9%.

No ano de 2012 a mortalidade dos negócios aumentou em quase 30% ao passo que a inflação caiu cerca de 11%, a média da Selic anual apresentou uma queda considerável de 33%, o PIB por sua vez caiu cerca de 105% (de 3,9 em 2011 para 1,9 em 2012) e a dívida Pública aumentou em 7%.

O ano de 2013 apresentou a segunda maior taxa de mortalidade dos pequenos e micro negócios com uma ocorrência de 508 mil casos, um aumento de 21% maior quando comparado com 2012. Nesse ano o PIB cresceu 50% (de 1,9 em 2012 para 3,8 em 2013), a inflação praticamente permaneceu estável, com aumento de apenas 1%, ficando dentro da meta estipulada pelo governo, mas, a dívida pública cresceu 6%.

No ano de 2014 a mortalidade dos negócios de pequeno porte surpreendentemente apresentou uma leve queda de 12%, a inflação aumentou em 7%, a média anual da Selic também subiu em cerca de 26%, a dívida pública aumentou em 7% e o PIB despencou em cerca de 370%.

O ano de 2015 desperta uma maior atenção por ter apresentado o maior número de pedidos de Recuperação Judicial - 688 pedidos - um aumento de aproximadamente 52,54% em relação ao ano de 2014 (451 pedidos). Nesse ano a inflação anual foi de 10,67%, o que representou um aumento de aproximadamente 40% em relação ao ano de 2014. Outra variável econômica que merece análise é o PIB que caiu cerca de 380% em relação a 2014. A dívida pública cresceu cerca de 8% nesse período, e a taxa básica de juros da economia apresentou um aumento de 18%.

A hipótese 2, levantada no início do estudo foi: *Resultados econômicos ruins resultam em maiores índices de mortalidade.*

De acordo com a análise feita anteriormente, apenas no ano de 2015 tal hipótese seria aceita. Nesse ano isso ficou bem visível a relação entre resultado econômico e índices de mortalidade, dado que os índices econômicos apresentaram resultados ruins e, como consequência, o número de empresas que tiveram que ser fechadas aumentaram. Entretanto, essa hipótese não foi aceita nos outros anos analisados. O ano de 2014, por exemplo, foi um ano economicamente ruim como demonstrado anteriormente. Entretanto, a queda na mortalidade de empresas nesse mesmo ano caiu em 12%. Comportamento semelhante ocorreu no ano de 2011 que apresentou uma queda de 4% na mortalidade dos negócios, embora a Selic tenha aumentado em 17%, assim como dívida pública e inflação.

Em resumo, pode-se dizer que considerando apenas os resultados econômicos como o fator determinante na mortalidade dos negócios de pequeno porte, apenas no ano de 2015 esses tipos de empreendimentos sofreram um impacto negativo.

Como analisado anteriormente apenas em 2015 a hipótese 2 pode ser confirmada. Uma possível explicação para isso talvez esteja na forma como foram conduzidas as políticas econômicas, sendo que os efeitos decorrentes dessa condução nem sempre são sentidos ou verificados de maneira imediata na economia. Desta maneira para entender melhor esse processo, propõe-se à seguir, uma análise subjetiva das decisões econômicas de 2010 a 2015.

4.3 PRINCIPAIS DECISÕES ECONÔMICAS 2010-2015

O ano de 2010 marcou o último ano do segundo mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva. No referido ano o país apresentou um crescimento no PIB de 7,5, o maior crescimento desde 1986. Houve um forte estímulo por parte do governo para aquecer a demanda interna do país.

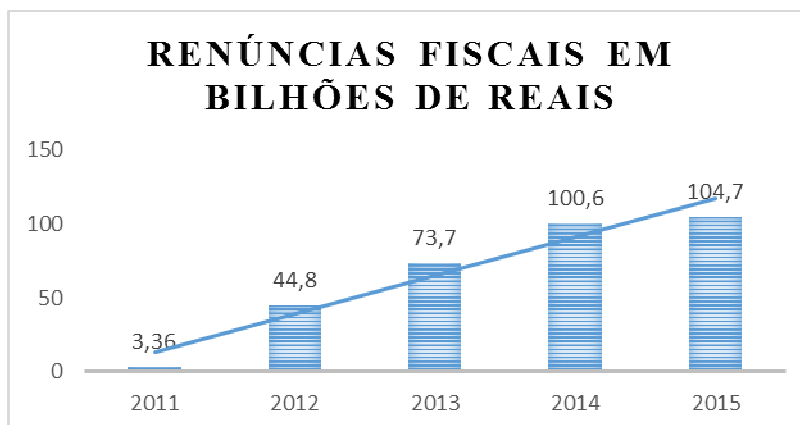
Grande parte deste período analisado, mais precisamente de 2011 até meados 2015, ficou marcado pelo o primeiro mandato da então presidente Dilma Rousseff. Como era de se esperar, diversas decisões foram tomadas em relação às diretrizes referentes as políticas econômicas. Na esfera da política monetária houve um grande interesse na redução da taxa de juros básica da economia (SELIC), na expectativa de manter em alta o consumo de bens e serviços.

No início de 2011 o Banco Central deu início a redução na taxa SELIC que estava em 12,50%, ao longo dos anos seguintes a SELIC foi caindo gradativamente chegando em março de 2013 ao seu menor valor nos últimos 7 anos de 7,12%, uma taxa baixa quando levado em conta o histórico brasileiro de taxas elevadas. A partir de abril de 2013, com a pressão da inflação cada vez mais forte, os juros foram subindo chegando em dezembro de 2015 em 14,15%.

Ao longo desse período, em nenhum ano o país foi capaz de atingir a meta de inflação estipulada em 4,5%, embora tenha ficado no limite da banda determinado de $\pm 2\%$. Em 2014 foi de 6,41 e em 2015 de 10,67. Tais resultados denotam erros na política monetária do governo.

Outro ponto chave do governo Dilma, relativo a política fiscal, que envolveu a questão tributária e as receitas do governo e consequente as contas públicas, foi um número excessivo de desonerações tributárias a diversos setores como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 5: Renúncias Fiscais 2011-2015

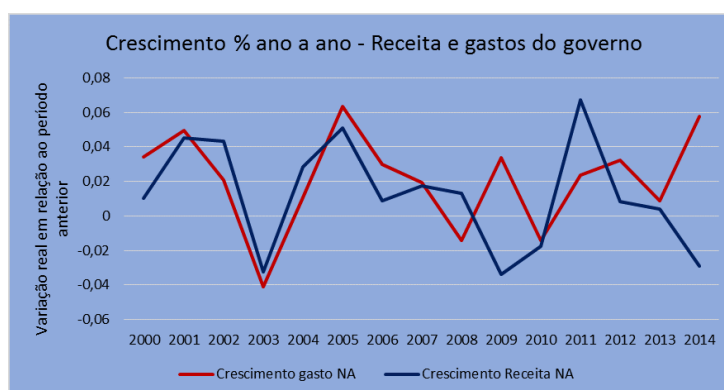


Fonte: Receita Federal

O período que inicia em 2011 e vai até o ano 2015, demonstra que o governo abriu mão de aproximadamente 400 bilhões de reais em receitas, oriundas principalmente de renúncias de impostos e desonerações a certos setores da economia, como por exemplo, o setor automotivo. Tais benesses fiscais nitidamente abalaram a geração de recursos do governo e contribuíram para o desequilíbrio nas contas públicas.

No que se refere ao comportamento das receitas e gastos do governo, pode-se inferir do Gráfico 5, que nos anos de 2010 e 2011 o crescimento da receita ficou acima do aumento dos gastos. Entretanto, a partir de 2012, ocorreu justamente o oposto, ou seja, os gastos continuaram crescendo ao passo que a receita foi caindo. A partir disso, é possível chegar as conclusões que a queda na receita está diretamente ligada ao recuo do PIB nos anos seguintes, o que denota um desaquecimento na economia e outro ponto é que o governo não realizou os devidos cortes nos gastos com o intuito de compensar as receitas. A cominação dessas decisões resultou nos déficits públicos de nos 2014, 2015 e 2016.

Gráfico 6: Gastos x Receitas



Fonte: Receita Federal. (Obs. NA = nominal Anual)

No ano de 2015 ficou claro que o país estava atravessando uma crise econômica. Os resultados negativos como alta inflação, juros altos, queda no PIB, desvalorização do real e déficit nas contas públicas deixaram isso bem claro. Logo, houve um discurso por parte do governo de um ajuste fiscal, para colocar as contas em ordem, retomar a confiança dos investidores, e conseqüentemente retomar o crescimento. Entretanto, nenhuma medida realmente importante foi tomada nesse sentido.

Pelo que foi exposto acima é possível perceber que nesse período analisado, principalmente a partir de 2013, o Brasil vem apresentando sérias dificuldades na condução econômica. Quando comparada a condução econômica com o Gráfico 4 (mortalidade das empresas) e a tabela 2 (indicadores econômicos), é possível afirmar que as decisões macroeconômicas ruins tomadas levam um tempo para que seus efeitos negativos (no caso analisado no trabalho a mortalidade dos negócios) sejam percebidos.

Desta forma, essa seria uma possível explicação para confirmar a hipótese 2 - *Resultados econômicos ruins resultam em maiores índices de mortalidade* – ser aceita apenas no de 2015, mesmo o país tendo apresentado índices econômicos negativos/ruins anteriores a este período.

Contudo, vale ressaltar que apesar desta possível explicação, a mortalidade dos negócios está também condicionada a fatores que vão além das políticas econômicas. A princípio, para fins desta pesquisa, outras variáveis foram descartadas, sendo priorizadas apenas aquelas variáveis macroeconômicas mais correntes anunciadas na grande mídia.

1. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problematização deste trabalho residiu em descobrir se as políticas econômicas brasileiras no período de 2010 a 2015 impactaram a longevidade dos negócios conhecidos como de pequeno porte. Com esse intuito, foram comparadas as recuperações judiciais dessas empresas com dados da Serasa Experian, juntamente com dados referentes a indicadores econômicos. A partir dessa análise, foi identificado que apenas o ano de 2015 os resultados negativos nos indicadores econômicos corroboraram para um impacto negativo nos fechamentos das organizações analisadas. Nos outros anos estabelecidos esse padrão não repetido.

No que se refere as decisões políticas analisadas no período de 2010-2015, conclui-se que na maior parte do período as decisões tomadas resultaram em índices econômicos ruins e quando comparado essa condução com a mortalidade dos negócios, percebeu-se que tais decisões levaram tempo para serem refletidas na mortalidade dos negócios.

Outro ponto alvo de análise foi a relação entre os micros empreendimentos individuais e o nível médio anual de desemprego. Nessa problemática percebeu-se que o crescimento do número de micro empreendimentos individuais não seu deu em sua grande parte devido aos altos índices de desemprego, mas sim por diversos outros fatores que envolvem incentivos governamentais e mudanças em leis.

As limitações desse estudo residem principalmente na dificuldade de atribuir necessariamente o número de negócios fechados como o resultado exclusivamente das políticas econômicas definidas e implementadas por parte do governo. A razão dessa problemática reside no fato de que os fatores que contribuem para o sucesso (longevidade da empresa) ou fracasso (mortalidade da empresa) vão muito além das políticas econômicas. Fatores como o modo como a empresa é gerida, competência ou incompetência dos gestores, tecnologia e inovação, falta de conhecimento acerca do mercado da empresa entre outros são fatores com grande influência na sobrevivência desses negócios.

Esse trabalho, apesar de limitado quanto ao número de períodos de tempo analisados e número de variáveis, buscou contribuir para o campo científico ligado ao tema gestão de pequenos negócios, na medida que trouxe ao debate um assunto grande relevância tanto econômica (geração de riquezas) quanto sociais (emprego e renda).

Sugere-se em pesquisas futuras sobre o mesmo tema ampliar o estudo, contemplando outros períodos e a adoção de políticas econômicas específicas em momentos de outras crises vividas entre 1991 e 2011 e os impactos sofridos pelas micro e pequenas empresas.

Artigo I. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSAF, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. – Brasília: Senado Federal, Subsecretária de Edições Técnicas, 2012.

BRASIL. **Lei Complementar Nº 123, de 14 de Dezembro de 2006. Lei geral das Micro e Pequenas Empresas**. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2006. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 24 maio 2016.

BRASIL. **Lei Complementar Nº 128. Discorre sobre alterações à Lei Complementar nº 123 (Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas)**. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2008.

BRASIL. Decreto Federal 7962/13. **Lei do e-commerce**. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2013. Disponível em : < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/decreto/d7962.htm> . Acesso em 13.06.17

BRASIL. Lei nº 11.101/200. **Lei da Recuperação judicial, extrajudicial e da falência do empresário e da sociedade empresária**. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2005. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/111101.htm>. Acesso em 13.06.17

BRESSER, Luiz Carlos. **Nação, Câmbio e Desenvolvimento**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

CARVALHO, Fernando...[et al]. **Economia monetária Financeira: teoria e política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

CAVALCANTE, Francisco. **Mercado de Capitais o que é, como funciona**. 1 ed. Rio de Janeiro. Elsevier, 2005.

CLARK, Giovanni. **Política Econômica e Estado**. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a14v2262.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2016.

DEZORDI, Lucas e **Políticas Econômicas**. Disponível em: < <http://sottili.xpg.uol.com.br/publicacoes/pdf/economia/2.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2016.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: Transformando ideias em negócios**. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DRUKER, Peter. **Inovação e espírito empreendedor**. Editora: 1 ed. Pioneira Thompson, 1985.

FILLON, Louis Jacques. **Empreendedorismo e Gerenciamento: processos distintos mais, porém complementares**. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rae/v40n3/v40n3a13>> . Acesso em: 10 junho 2016

HERNDON, T., ASH, M. e POLLIN, R (2014). **“Does High Public Debt Consistently Stifle Economic Growth? A Critique of Reinhart and Rogoff”**. Cambridge Journal of Economics.

HEENAN, G., PETER, M. e SCOTT, R. (2006). **“Implementing Inflation Targeting: Institutional Arrangements, Target Design, and Communications**. *IMF Working Paper WP/06/278*. Washington, D.C.: International Monetary Fund.

IBGE. **Sistema Nacional de Índices de Preço ao Consumidor – Séries Históricas**. Disponível:<em:http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/default_tseriesHist.shtm>. Acesso em: 10 junho 2016.

IBGE. **Preços índices de preço ao consumidor**. Disponível em:<http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm> Acesso em 17 Agosto de 2016.

IBGE. **Contas Nacionais-PIB-valores correntes**. Disponível em: <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/contas-nacionais/pib-valores-correntes.html>> Acesso em 23 julho de 2016.

LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7 ed. São Paulo, 2011.

MANKIW, N. GREGORY. **Introdução à economia**. 6 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

ROSSI, P. (2012) “**Taxa de câmbio no Brasil: dinâmicas da arbitragem e da especulação**”, Tese de Doutorado, Campinas, IE-Unicamp.

RECEITA FEDERAL. **Gastos Tributários – Bases Efetivas**. Disponível em <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/demonstrativos-dos-gastos-tributarios/gastos-tributarios-2013-bases-efetivas>> Acesso em 12 de setembro de 2016.

RECEITA FEDERAL. **Dados econômicos-Tributários e Aduaneiros da Receita Federal**. Disponível em <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados>> Acesso em 17 de setembro de 2016.

SEBRAE. **Sobrevivência das empresas no Brasil em 2013**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Sobrevivencia_das_empresas_no_Brasil=2013.pdf>. Acesso em: 20 maio 2016.

SEBRAE. **Empreendedorismo no Brasil em 2015, 2016**. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/c6de907fe0574c8ccb36328e24b2412e/\\$File/5904.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/c6de907fe0574c8ccb36328e24b2412e/$File/5904.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2016.

SERASA EXPERIAN. **Indicador Serasa de Nascimento de empresas**. Disponível em: <<http://noticias.serasaexperian.com.br/24715/>> Acesso em: 10 agosto de 2016.

SERASA EXPERIAN. **Indicador Serasa Experian de Falências e Recuperações**. Disponível em: <<http://noticias.serasaexperian.com.br/indicadores-economicos/falencias-e-recuperacoes/>> Acesso em: 10 agosto de 2016.

SHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Zahar Editores, 1984

STOREY, David. **The performance of Small Firms: Profits, Jobs and Failures**. Newcastle University (UK) - Centre for Urban and Regional Development Studies, 2008.

TESOURO NACIONAL. **Relatório Anual – Dívida Pública Federal 2015**. Disponível em <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/269444/RAD_Relat%C3%B3rio_Anual_2015_.pdf/b95e87d0-1546-45e3-b01c-a10d48ec97d8> Acesso em 5 de setembro de 2016.

VASCONCELLOS, Marco Antônio. **Economia – Micro e Macro**. 6 ed. São Paulo. Atlas, 2015.